



LETIZIA, Vito. *Contradições que movem a história do Brasil e do continente americano* (org. CEMAP/Interludium) São Paulo, Alameda, 2014.

O pensamento prático da liberdade

Emmanuel Nakamura

Uma amiga e colega do grupo Interludium costuma dizer que somos – refiro-me a “ala jovem” do grupo Interludium – “filhotes do Vito”. Talvez por esse motivo seja para mim tão difícil escrever uma resenha sobre o livro do Vito Letizia: falta-me talvez um distanciamento crítico não apenas em razão dos 9 anos amizade com ele, mas fundamentalmente porque fui educado pelo Vito Letizia a pensar a política. Assim como a educação que recebemos de nossos pais tem o objetivo de que seus filhos possam viver uma vida universal ao prepara-los para a vida em sociedade, foi com o Vito Letizia que recebi a educação para pensar essa vida universal em seu âmbito político. Por isso, resenhar esse livro tem para mim também o difícil significado de distanciamento autocrítico. Além disso, o livro não expressa apenas o pensamento do Vito Letizia, mas também do meu grupo político – o Interludium. Foi o grupo quem gravou, transcreveu e editou a série de diálogos com o Vito Letizia. O pensamento presente neste livro não tem, portanto, a sistematicidade e o rigor que o próprio Vito Letizia poderia dar, caso ele mesmo pudesse escrever o livro ou no mínimo organizar os diálogos transcritos. Portanto, resenhar o livro significa analisar criticamente um trabalho do qual fiz parte, embora não na maneira como gostaria de ter participado, pois minha ajuda se resumiu (1) a ter participado da elaboração do projeto no qual foi elaborado um percurso para os diálogos e (2) estar presente como interlocutor nos diálogos. Ou seja, o mérito do trabalho de edição pertence ao grupo Interludium, e principalmente à ala formada por ex-militantes da Organização Socialista Internacionalista

(OSI). Falta-me, por fim, não apenas a distância para analisar criticamente um pensamento que me formou politicamente e um trabalho do qual fiz parte, mas também, e principalmente, a cultura do historiador para analisar os fatos reconstituídos pelo Vito Letizia. Com isso, chego então ao enfoque de minha resenha, qual seja, a *ideia*, ou a perspectiva letiziana, que orientou a reconstituição dos fatos.

Essa ideia nada mais é do que a aspiração de liberdade da Revolução Francesa e a sua radicalização como liberdade social, tal como Marx formulou na *Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*: “No tempo de Marx, ele achava que os trabalhadores já eram a última camada social, podiam ascender ao poder nesse processo de revolução e[m] permanência. Permanência significa: ascende a última camada social e espalha a revolução para toda a Europa”. (p. 61)¹ Vito Letizia e o grupo Interludium tinham total consciência dessa perspectiva desde o início da gravação dos diálogos. Prova disso é que o projeto que traçava o percurso dos diálogos foi organizado em quatro grandes temas: (1) A Revolução Francesa: a origem das aspirações modernas de liberdade e igualdade; (2) A socialdemocracia europeia: as aspirações de liberdade e igualdade nas mãos da classe trabalhadora; (3) A Revolução Russa: as aspirações de liberdade e igualdade em poder do Partido Bolchevique; (4) O Partido dos Trabalhadores: o esvaziamento das aspirações de liberdade e igualdade.

O livro *Contradições que movem a história do Brasil e do continente americano* é o resultado da edição dos diálogos referentes à quarta parte deste projeto. A escolha do grupo Interludium em publicar primeiramente a quarta e última parte desses diálogos se justifica (1) por um diagnóstico da necessidade de realizar urgentemente uma autocrítica por parte daqueles que lutaram contra a ditadura e se engajaram no movimento das Diretas-Já e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), (2) pelas concessões dos governos petistas ao capital e (3) pela esperança de surgimento de um movimento de massas – o grupo Interludium esperava ansiosa e talvez ingenuamente pelas “jornadas de junho” e tinha a ambição de elevar à consciência as contradições do processo histórico brasileiro e, em particular, da formação do PT.

Por esses motivos, acho que nossa escolha foi correta, mas devo numa resenha apontar para os problemas desta escolha. Tanto o “*esvaziamento* das aspirações de liberdade e igualdade” como as “*contradições* que movem a história do Brasil e do continente americano” acentuam a *negatividade* de um processo. O leitor fica sem a *justificativa* da *perspectiva* a partir da qual esse processo é *reconstituído* e do aspecto *positivo* que acompanha as contradições do processo histórico. As aspirações de liberdade e igualdade formadas na Revolução Francesa formam a *perspectiva* e o *fio condutor* da análise de Vito

¹ “Na França, toda classe popular é idealista política e se sente em primeiro lugar não como classe particular, mas sim como representante das carências sociais em geral. Portanto, o papel emancipador passa, de acordo com uma série, em movimento dramático, pelas distintas classes do povo francês até atingir, finalmente, a classe que já não realiza a liberdade social sob a pressuposição de certas condições que se situam fora do homem e que, não obstante, são condições criadas pela sociedade humana, mas que antes organiza todas as condições da existência humana sob a pressuposição da liberdade social”. MARX, K. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung. In: *Karl Marx: Werke, Artikel, Entwürfe März 1843 bis 1844*. MEGA I/2. Berlin: Dietz Verlag, 1982, p. 170–183, p. 181. (= MEGA I/2).

Letizia. O leitor terá, no entanto, que esperar pela publicação dos próximos volumes para conhecer melhor a perspectiva de Vito Letizia.

Paulo Arantes percebeu que as aspirações de liberdade da Revolução Francesa formam o índice da análise de Vito Letizia, ao afirmar no debate de lançamento do livro que “ele fala da Revolução Francesa como se fosse alguma coisa que tivesse acontecido na semana passada”.² Tal comentário me fez lembrar de Hegel. Um de seus comentadores afirmou certa vez que a filosofia hegeliana é de ponta a ponta uma filosofia da Revolução Francesa.³ A comparação com Hegel pode elucidar o meu ponto de vista: o que Hegel chamou de *Ideia absoluta* nada mais é do que a sistematização lógica das formas de pensamento que estão aí presente na língua comum. Nesse sentido, a Ideia hegeliana é uma abstração de séculos de desenvolvimento histórico cujos pontos altos são o Cristianismo, a Reforma Protestante e a Revolução Francesa. A Ideia lógica pressupõe esse desenvolvimento histórico, e mais especificamente que a Ideia da liberdade tenha uma existência como uma *representação* dos homens reais empíricos. Ela não é, no entanto, o resultado de uma narração desses processos históricos, mas sim a sistematização *filosófica* das formas de pensamento: ela fornece assim a explicitação do ponto de vista filosófico e é, nesse sentido, *método absoluto*. Como abstração filosófica da ideia mundana de liberdade, o método absoluto é ao mesmo tempo um *conceito da liberdade*. Pois bem, é esse conceito de liberdade que permitiu a Hegel reorganizar criticamente as categorias da moderna Filosofia Política e apresentar, segundo Marx, a análise crítica mais consequente dos Estados modernos. Foi também esse mesmo método e conceito da liberdade que permitiu a Marx reorganizar as categorias da Economia Política e fornecer a mais completa e coerente crítica ao sistema capitalista.

Diferentemente de Hegel e Marx, Vito Letizia não tinha, contudo, a preocupação de fornecer uma visão conceitual. Mas isso não é nenhum demérito. Como afirmou Paulo Arantes, Vito Letizia pertence a uma *tradição militante que reflete sobre si mesma*. As aspirações de liberdade e igualdade da Revolução Francesa, tomadas como uma representação mundana da liberdade, cumprem o papel que o método absoluto desempenha na filosofia real hegeliana e na crítica marxiana do capitalismo. Essa representação mundana não é, no entanto, uma pura narrativa dos acontecimentos da Revolução Francesa: a maneira como Vito Letizia reconstitui esses acontecimentos forma a perspectiva de sua análise da socialdemocracia europeia, da Revolução Russa e da formação do Partido do Trabalhadores no Brasil. Em suma: a representação mundana da liberdade é desde sempre uma representação *pensada* pela tradição militante que reflete sobre si mesma. Por isso, com o Vito Letizia a Revolução Francesa parece que aconteceu na semana passada: ela é *viva* enquanto presente na análise da tradição militante que reflete sobre si mesma. Essa reflexão militante não é, no entanto, fechada em si mesma, na medida em que são as aspirações não realizadas de liberdade e igualdade que para Letizia animam as

² É possível acompanhar a fala de Paulo Arantes no debate de lançamento do livro na USP através do site do grupo Interludium. Cf. <<http://cemap-interludium.org.br/2014/12/01/video-debate-na-usp-lancamento-de-dialogos-com-vito-letizia/>>.

³ Cf. RITTER, J. *Hegel und die französische Revolution*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1965.

movimentações da classe trabalhadora. Com isso, podemos entender por que há um “compromisso intransigente com a luta dos trabalhadores”. (p. 13–20) Não estamos aqui distante da crítica marxiana de 1843: como a classe trabalhadora leva adiante essas aspirações de liberdade e igualdade, como aspirações que não foram realizadas, a realização dos interesses da classe trabalhadora coincide com a realização dos interesses de toda a sociedade, de modo que e a libertação *social* dessa classe particular é ao mesmo tempo uma autolibertação da sociedade inteira.⁴ Com base nessa coincidência entre a libertação da classe trabalhadora, entendida como libertação da *última camada social*, e libertação da sociedade inteira, Vito Letizia formula a moral da tradição militante reflexiva:

Deixa o povo fazer o que quer fazer. Não precisa uma cúpula de debochados [...]. Não é missão de ninguém ser julgador daquilo que é o movimento que vem do fundo do povo. Se vier do fundo do povo está resolvido. [...] Tem que saber discernir, claro: se é uma facção ultraradical, vou pensar no que fazer. Mas se sai o povo todo na rua, está resolvido, não preciso julgar. Tenho que seguir. É o meu dever, se eu sou marxista, o meu dever é seguir. (p. 115–6)

São as aspirações de liberdade da Revolução Francesa, levadas adiante pela classe trabalhadora como libertação *social* do domínio econômico da propriedade privada capitalista, que formam perspectiva que permite ao Vito Letizia reinterpretar originalmente os processos históricos. Essa originalidade poderia talvez ser ressaltada, tivesse o grupo Interludium insistido, durante a gravação dos diálogos, numa comparação com a tradição crítica brasileira, tal como criticou Paulo Arantes durante o debate de lançamento do livro. Essa falha pode ser, contudo, perfeitamente reparada pelo próprio grupo Interludium através de uma releitura, a partir da perspectiva letiziana, da tradição crítica brasileira.

Analisar as contradições que movem a história do Brasil e do continente americano, a partir das aspirações de liberdade da Revolução Francesa, não significa uma simples aplicação exterior de ideias que surgiram do outro lado do Atlântico, pois são essas ideias que animam também as movimentações das últimas camadas sociais do lado de cá do Atlântico:

A reivindicação de livre acesso à terra, que o dirigente do MST [Movimento dos Sem-Terra] João Pedro Stédile levanta até hoje, está correta, só que fora de época. Mas é o que legitima o sem-terra no Brasil. Não existe a figura do sem-terra em outras partes: trata-se de uma classe que tinha direito à liberdade, e que ficou livre, só que não ganhou terra. Essa classe traduzia liberdade como terra, Igualdade como tratamento dado igual aos senhores – portanto, não podia ser sacaneada pelo sistema judiciário como era, devia ter acesso à justiça e a todas as coisas que só o senhor tinha, porque naquela época não podia denunciar o senhor. E Fraternidade, bom, aí sim, fraternidade entre os iguais. Para o brasileiro, a abolição da escravatura era uma coisa óbvia. Ele aspirava à cidadania de todo mundo por igual. Só que funcionava num nível nacional, não era concebida como fraternidade universal da Revolução Francesa, não funcionava assim. Mas a terra era a bandeira emancipatória que veio da Revolução Francesa. (p. 49)

Marx definiu em 1843 um processo de *emancipação social* como uma “série”, ou uma “revolução em permanência”, segundo Vito Letizia. Esse processo se desenvolveria até atingir uma classe que realiza a liberdade social sem pressupor condições exteriores e “organiza todas as condições da existência humana sob a pressuposição da liberdade

⁴ MEGA I/2, p. 180.

social”.⁵ Não é possível entender a perspectiva letiziana sem essa definição do processo revolucionário. Com isso, chegamos à principal contribuição da tradição militante que reflete sobre si mesma: É um progresso na consciência da liberdade o pensamento de que a libertação social tem de atingir uma última camada social, cujas carências e interesses não são necessariamente idênticos com aqueles da classe trabalhadora. A satisfação das carências e a realização dos interesses dessa última camada social formam para Vito Letizia a *garantia* de que os interesses da sociedade inteira estão sendo tratados, na medida em que a libertação social dessa última camada social coincide a libertação social de toda a sociedade. Daí a crítica ao tratamento político dos governos de esquerda aos índios:

Eles têm um estamento inferior. E agora vem a esquerda, como por exemplo, o Evo Morales, que deu privilégio aos índios em matéria de uma justiça que os beneficia, mas na realidade é um paliativo. O Evo não é índio. Ele tenta se colocar numa posição intermediária, tanto que ele reprime o plantio de coca, só que de maneira muito branda, o que faz com que o plantio de coca continue. Mas precisa entender que está sendo oferecido um paliativo à necessidade de emancipação do povo boliviano. Os índios têm que se tornar iguais aos brancos, e os brancos não estão aceitando. E a esquerda acha que os índios são retrógrados. (p. 50)

Esse progresso na consciência da liberdade, trazido pela tradição militante que reflete sobre si mesma, é ao mesmo tempo uma autocrítica à Revolução Russa e ao engajamento militante durante o processo de formação do Partido dos Trabalhadores:

Precisa entender que existe um estamento servil que ainda não conseguiu se emancipar. Essa gente tem que assumir o comando da nação, pois são a maioria. Não são os mineiros, a classe trabalhadora. Não. Tem uma coisa que está mais embaixo, que tem que abrir o caminho para a revolução proletária. É como discutimos na história da Revolução Russa. (p. 50)

O leitor terá, entretanto, que aguardar pela publicação dos próximos livros para saber com mais detalhes como o Vito Letizia pensou o processo revolucionário russo. O livro publicado traz apenas uma recapitulação dessa discussão anterior (p. 59–75). Da ditadura do proletariado russo sobre a sociedade russa não sobra muita coisa: ela nada mais foi que um grande “equivoco da humanidade”:

A revolução camponesa que se deu concomitantemente à revolução russa, foi esmagada pelo Partido Bolchevique, e isso significou uma derrota gigantesca para a Revolução Russa. E a direção do proletariado mundial ficou atada à direção leninista, que apresentava essa derrota como um grande triunfo. Foi o que Trotsky continuou afirmando, que a Revolução Russa foi um sucesso, uma revolução que não foi derrotada. Aliás, toda a tese da revolução política vem daí: se a revolução social não foi derrotada, então só falta fazer a revolução política. Não, a revolução social foi derrotada porque 80% da população foi esmagada pela repressão organizada pelo Partido Bolchevique. Foi uma derrota da Revolução Russa e a direção que se construiu foi uma direção ligada a uma falsa vitória. Não houve crise da humanidade, mas um grande equívoco da humanidade, defendido por Trotsky. (p. 70–1)

Por isso o processo revolucionário russo não avançou até as últimas camadas sociais – na Rússia, os camponeses: “Foi o que aconteceu na Revolução Russa. Houve um desligamento do pensamento revolucionário, do pensamento marxista em relação ao papel do Estado no desenvolvimento da sociedade através do processo revolucionário e pós-revolucionário”. (p. 85) Essa autocrítica não tem, entretanto, apenas um resultado negativo,

⁵ MEGA I/2, p. 181.

mas, para encontrar o positivo, é preciso ampliar o âmbito da reflexão histórica e se voltar para as origens da socialdemocracia alemã. Para Vito Letizia, alcançar o poder de Estado é lançar candidatos ao Poder Legislativo: “Esse movimento de massas, na medida em que se deslocar no sentido de se contrapor à dominação do capital, é que terá um papel no Parlamento ou em algum outro tipo de instituição que não seja executiva”. (p. 328) Neste ponto, Vito Letizia é claramente propositivo:

Não somos desesperados por ter candidatos. Mas se a direção resolve lançar, vamos jogar contra? Não tem cabimento. O que temos que fazer, se a direção desse movimento, que é um movimento real dos trabalhadores organizados, expressa realmente uma vontade de crescer, de ganhar o poder, de se aproximar do poder, nós não vamos nos contrapor a isso. Nós vamos dizer sim, só que os nossos candidatos, em primeiro lugar, só devem postular o Poder Legislativo, nós não vamos lançar candidatos a cargos executivos. E, em segundo lugar, o partido definirá a linha política que eles vão defender no Parlamento, e eles terão de cumprir as diretrizes do partido. Vão votar naquilo que o partido decidir que eles votem. Nós vamos decidir que eles não votem o orçamento. O Partido Social-Democrata Alemão não votava o orçamento. August Bebel, que era da ala moderada – não dá para dizer direitista –, dizia: ‘Eu sou visto como moderado aqui neste partido, mas tem uma coisa que eu nunca vou fazer, votar o orçamento da burguesia’. (p. 329)

Longe de defender uma perspectiva eleitoral, Vito Letizia tem uma visão coerente com a separação moderna entre sociedade civil burguesa e Estado, consequentemente elaborada por Hegel⁶ e mais tarde tomada por Marx:

A revolução política que derrubou este poder senhorial e fez ascender os assuntos de Estado a assuntos do povo, que constituiu o Estado político como assunto *universal*, isto é, como Estado efetivo, destruiu necessariamente todos os estamentos, corporações, grêmios e privilégios que eram outras tantas expressões da separação do povo de sua comunidade. Com isso, a revolução política *suprimiu o caráter político da sociedade civil burguesa*. Despedaçou a sociedade civil em seus elementos simples: de um lado, em indivíduos, de outro, em *elementos materiais* e *espirituais* que formam o conteúdo de vida, a situação civil destes indivíduos. Desatou o espírito político, que em certo sentido se dividia, se decompunha e se diluía nos diversos impasses da sociedade feudal; a partir dessa destruição ela reuniu o espírito político, o liberou de sua mistura com a vida civil e o constituiu como a esfera da comunidade, do assunto *universal* do povo na independência ideal de cada elemento particular da vida burguesa. A atividade vital *determinada* e a situação de vida determinada passaram a ter um significado apenas individual. Elas não formam mais a relação universal do indivíduo com o todo do Estado. Antes, a assunto público como tal se torna assunto universal de cada indivíduo e a função política a sua função universal.⁷

Que a revolução política tenha suprimido o caráter político da sociedade civil burguesa é tanto para Hegel como para Marx um progresso na consciência da liberdade, na medida em que isso significou a derrubada do poder feudal. Essa separação entre Estado e sociedade civil burguesa, entre a vida política e a vida social, é fundamental para compreender a crítica de Vito Letizia à Revolução Russa:

Para reprimir os camponeses, maioria esmagadora da população, foi necessário criar uma força repressiva muito grande que, a favor da guerra civil, foi fácil construir. A Cheka panrussa se desenvolveu de uma maneira extraordinária, passou a se servir dos arquivos da Okhrana para fazer a

⁶ Cf. RIEDEL, M. *Zwischen Tradition und Revolution: Studien zu Hegels Rechtsphilosophie*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 139–169.

⁷ MARX, K. Zur Judenfrage. In: *Karl Marx: Werke, Artikel, Entwürfe März 1843 bis 1844*. MEGA I/2. Berlin: Dietz Verlag, 1982, p. 141–169, p. 160–1. (= MEGA I/2).

repressão dos anarquistas. Um aparelho de Estado ultradimensionado – foi o que se acabou construindo por causa da repressão aos camponeses, e depois a repressão aos comitês de camponeses pobres exigiu mais um reforço do aparelho de Estado. (p. 62-3)

Ou seja, a repressão do Estado bolchevique impediu que os interesses dos camponeses – a última camada da sociedade russa – se desenvolvessem livremente. No caso da classe trabalhadora europeia, o desenvolvimento livre dos interesses dos trabalhadores está inevitavelmente em “oposição econômica” com a propriedade privada capitalista:

Os que recebem salários do capital estão em oposição econômica ao capital. Querem o salário e o capitalista quer lucro. Querem mais salário e o capitalista quer mais lucro. Ganhar mais para um significa perder mais para o outro. Então é uma oposição inevitável. Quem é que faz isso? O trabalhador. Se o trabalhador se mexe para pegar uma parte maior do valor criado pelo processo produtivo, ele se defronta com o capital. E é ele que tem que tomar a decisão de desencadear a luta contra o capital ou não, porque será dele o ônus. Será o ônus do salário, o ônus da perda ou do ganho do salário. (p. 243)

Essa “oposição econômica” só pode se desenvolver livremente quando os interesses dos trabalhadores estão livres de qualquer interesse estatal. Por isso os partidos da classe trabalhadora, tal como a socialdemocracia alemã em suas origens, deveriam se manter afastados tanto das eleições e dos cargos para o Poder Executivo como da votação do orçamento nacional. Mas não foi esse o caminho trilhado pelas socialdemocracias europeias:

A taxa de lucro não poderia ser mantida sem sacrificar o Estado de bem-estar. [...] Então, a social-democracia era gestora do Estado burguês em parceria com a burguesia [...]. [...] só que a social-democracia não teria outra saída a não ser romper o acordo com a burguesia. Mas aquela social-democracia não tinha mais condição de fazer isso, pelo tipo de construção que tinha dado origem aos gigantescos aparelhos dirigentes da classe trabalhadora. Começou a escorregar por uma vertente segundo a qual se colocava a esperança de que, durante certo tempo, se deveria atravessar um período de dificuldades e depois se recuperariam as perdas. Que, aliás, foi de novo essa tremenda guerra, quase guerra social na França, quando aumentaram a idade da aposentadoria. O defensor da mudança, da reforma, dizia que estava pedindo só mais um sacrifício. Ele estava tirando da boca dos social-democratas aquilo que eles diziam aos trabalhadores até há pouco. (p. 283)

Os sindicatos e partidos da classe trabalhadora não podiam mais defender os interesses *socioeconômicos* da classe trabalhadora, porque seus interesses, como organizações da classe trabalhadora comprometidas com a gestão do Estado em parceria com a burguesia, adquiriram um significado *imediatamente* político, em contradição com os interesses socioeconômicos dos trabalhadores. Compreende-se então porque a “oposição econômica” ao capital só pode ganhar significado político *mediante* o Poder Legislativo. Este é o drama atual das organizações da classe trabalhadora europeia. O PT surge então sem ter o horizonte de uma organização social independente, portanto, já com ambições de se vincular à gestão do Estado:

O PT se vinculou assim, mas de maneira falsa, porque o núcleo central do PT não tinha esse horizonte de organização independente. Razão pela qual ele acolheu uma oportunidade eleitoral sem nenhuma resistência. Mas é bom não esquecer, todo mundo foi junto. Os mais radicais e os menos radicais. Todos os grupos políticos que integraram a construção do PT, nós inclusive, navegaram no mesmo barco. A resposta quanto ao vínculo é essa, mas é um

vínculo falso. Falso não por maldade, com predisposição de trair. Falso por falta de formação que conduziu a isso. (p. 213)

Por isso não seria justo afirmar que houve traição dentro do PT, pois todos sabiam que a campanha "Lula lá" significava administrar o Estado burguês:

[...] Lula, quando criou o PT, criou como um partido eleitoral, para ter uma representação política dos trabalhadores brasileiros. Ele estava se referindo à representação política nos processos eleitorais: municipais, estaduais e federais. E todo mundo sabia. Ninguém levantou a voz contra. Nós abandonamos a perspectiva de organizar partidos cujo objetivo não fosse administrar o Estado burguês. (p. 213)

O vínculo com a gestão do Estado burguês não significa, entretanto, que o PT trilhou o mesmo caminho dos partidos socialdemocratas europeus. É bom repetir: "o núcleo central do PT não tinha esse horizonte de organização independente". Faltava "formação que conduziu a isso". Por conseguinte, o PT sequer estava na condição de ser considerado como um "parceiro social da burguesia":

[...] o PT não está na situação da social-democracia, porque nunca foi aceito como parceiro social. A social-democracia e os partidos comunistas europeus entraram num tipo de arranjo que foi a parceria social com a burguesia. E estavam em uma relação de forças favorável. Impuseram um Estado de bem-estar social e passaram a gerir o Estado capitalista de bem-estar.

[...] O processo de Lula foi outro. Ele simplesmente entregou para a burguesia, sem ficar com nada na mão. Mal ou bem, a social-democracia ficou com alguma coisa na mão, porque o Estado de bem-estar está lá até hoje. (p. 283-4)

Quando perguntado sobre o que significa ser hoje de esquerda, Vito Letizia respondeu: "[...] ser de esquerda não significa nada. É tão vasto o leque de posições que são atribuídas aos que se denominam de esquerda que não faz sentido, hoje em dia, continuar se intitulando de esquerda". (p. 354) Mas Vito Letizia não vivenciou as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Tivesse vivenciado talvez pudesse dar uma resposta mais concreta. Ele constatou que "no Estado o PT está cumprindo um papel que não é o dele, e no movimento sindical, está fazendo um acoplamento do sindicato a esse governo". (p. 331). Desse diagnóstico, ele só conseguiu, no entanto, tirar um resultado nulo: "ser de esquerda não significa nada". Arrisco afirmar que a dinâmica sociopolítica desencadeada pelas "jornadas de junho" aponta para um significado mais concreto: ser de esquerdo hoje significa ser conservador. As manifestações sociais em São Paulo desencadeadas por um interesse social – o passe livre de transporte – foram atravancadas por um conflito político entre esquerda e direita. Ao lado da violência repressiva das estruturas do Estado herdadas da ditadura militar, o conflito político entre uma esquerda conservadora e uma direita que procura canalizar a insatisfação social, seja com propósitos eleitorais ou antidemocráticos, parece ser a forma de impedir que interesses sociais possam se desenvolver livremente.

Essa situação paradoxal não deve, contudo, deixar atônitos aqueles que foram formados politicamente pela tradição militante que reflete sobre si mesma. Vito Letizia nos legou um pensamento prático da liberdade – a radicalização dos ideais da Revolução Francesa até que a libertação social atinja a camada mais baixa da sociedade. Condenar o PT "não nos tira do quadro da politicagem e precisamos sair do quadro da politicagem". (p. 354)

Pensar liberdade de maneira prática significa orientar o pensamento com base nos interesses sociais da camada mais baixa da sociedade e mostrar onde o livre desenvolvimento desses interesses conflitam com a propriedade privada capitalista. Ou seja, para nós basta dizer a verdade. O marxismo vem depois de lambuja.